

Araújo, Herton Ellery; de Codes, Ana Luiza Machado

**Working Paper**

## Trajetórias estaduais da educação pública no Brasil sob a lente do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Texto para Discussão, No. 3148

**Provided in Cooperation with:**

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

*Suggested Citation:* Araújo, Herton Ellery; de Codes, Ana Luiza Machado (2025) : Trajetórias estaduais da educação pública no Brasil sob a lente do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Texto para Discussão, No. 3148, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td3148-port>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/331441>

**Standard-Nutzungsbedingungen:**

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

**Terms of use:**

*Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.*

*You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.*

*If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.*



<https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/>

**TEXTO PARA DISCUSSÃO**

**3148**

**TRAJETÓRIAS ESTADUAIS DA  
EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL  
SOB A LENTE DO ÍNDICE  
DE DESENVOLVIMENTO DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**HERTON ARAÚJO  
ANA CODES**



**TRAJETÓRIAS ESTADUAIS DA  
EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL  
SOB A LENTE DO ÍNDICE DE  
DESENVOLVIMENTO DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**HERTON ARAÚJO<sup>1</sup>  
ANA CODES<sup>2</sup>**

---

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea).  
*E-mail:* herton.araujo@ipea.gov.br.

2. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Disoc/Ipea.  
*E-mail:* ana.codes@ipea.gov.br.

**Governo Federal**

**Ministério do Planejamento e Orçamento**

**Ministra** Simone Nassar Tebet

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidenta**

**LUCIANA MENDES SANTOS SERVO**

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**

**FERNANDO GAIGER SILVEIRA**

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,  
das Instituições e da Democracia**

**LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO**

**Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

**CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO**

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,  
Urbanas e Ambientais**

**ARISTIDES MONTEIRO NETO**

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais,  
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

**PEDRO CARVALHO DE MIRANDA**

**Diretora de Estudos e Políticas Sociais**

**LETÍCIA BARTHOLO DE OLIVEIRA E SILVA**

**Diretora de Estudos Internacionais**

**KEITI DA ROCHA GOMES**

**Chefe de Gabinete**

**ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA**

**Coordenadora-Geral de Imprensa e  
Comunicação Social**

**GISELE AMARAL DE SOUZA**

**Ouvidoria:** <https://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

**URL:** <https://www.ipea.gov.br>

# Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2025

Araújo, Herton

Trajetórias estaduais da educação pública no Brasil sob a lente do índice de desenvolvimento da educação básica / Herton Araújo, Ana Codes. – Rio de Janeiro: Ipea, 2025.

18 p.: il., gráfs. – (Texto para Discussão ; n. 3148).

Inclui Bibliografia.

ISSN 1415-4765

1. Educação. 2. Rendimento dos Estudantes. 3. Estados. I. Codes, Ana. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Título.

CDD 379.2

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

**Como citar:**

ARAÚJO, Herton; CODES, Ana. **Trajetórias estaduais da educação pública no Brasil sob a lente do índice de desenvolvimento da educação básica**. Rio de Janeiro: Ipea, jul. 2025. 18 p.: il. (Texto para Discussão, n. 3148). DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3148-port>

**JEL:** I280.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <https://repositorio.ipea.gov.br/>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO ..... 6

2 EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA SOB A LENTE DO IDEB ..... 7

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 16

REFERÊNCIAS..... 17

## SINOPSE

A pandemia da covid-19 constituiu uma interrupção no modo de se fazer educação em países de todo o mundo. Atualmente, convive-se com diversas decorrências desse período. O problema mais notável e generalizado refere-se ao desempenho. Mesmo quando há progresso no aprendizado dos alunos na fase pós-pandemia, o ritmo é lento e bastante variável dentro de um país. Nesse contexto, para acompanhar o andamento do desempenho dos estudantes das redes públicas estaduais de educação no Brasil, este trabalho utiliza informações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos últimos dez anos, distinguindo duas fases distintas: de 2013 a 2019, quando a política pública era o fator principal de ordenamento geral da educação; e de 2020 a 2023, quando a pandemia afetou sobremaneira os modos de ensino e aprendizagem. A partir das trajetórias dos estados delineadas pelos dados, é possível discernir alguns pontos apresentados e comentados ao longo do texto que merecem maior atenção. Com isso, recomenda-se que cada Unidade da Federação (UF) reflita sobre suas decisões e políticas educacionais, pretéritas e presentes, de modo a direcioná-las adequadamente e, assim, oferecer educação de qualidade a seus cidadãos.

**Palavras-chave:** educação; rendimento dos estudantes; estados.

## ABSTRACT

The covid-19 pandemic disrupted the way of delivering education in many countries around the world. Currently, we are experiencing several consequences of that period. The most notable and widespread problem concerns school performance. Even when there is progress in student learning in the post-pandemic phase, the pace is slow and quite variable within a country. In this context, to monitor the progress of student performance in state-public education systems in Brazil, this paper uses information from the Basic Education Development Index (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb) from the last ten years, distinguishing two distinct phases: from 2013 to 2019, when public policy was the main factor in the general organization of education; and from 2020 to 2023, when the pandemic greatly affected teaching and learning methods. Based on the trajectories of the states outlined by the data, it is possible to discern some points, which are presented and commented on throughout the text, that deserve greater attention. It is recommended that each Federative Unit (Unidade da Federação – UF) reflects on its past and present educational decisions and policies, to direct them appropriately and, thus, offer quality education to the citizens.

**Keywords:** education; student performance; states.



## 1 INTRODUÇÃO

A pandemia da covid-19 constituiu uma interrupção no modo de se fazer educação. Entre diversos aspectos, ela causou fechamentos prolongados em escolas, entre março de 2020 e julho de 2022, em países de todo o mundo. Os impactos dessa medida foram abrangentes. Afetaram a escolaridade e aprendizagem dos estudantes – com quedas de desempenho maiores onde as escolas permaneceram fechadas por mais tempo –, além de aspectos ligados à saúde, à nutrição e ao seu bem-estar socioemocional e mental (Vozes da Educação, 2021).

Após três anos do início da pandemia, foram retomadas as atividades presenciais nas escolas. Desde então, diversas questões se impõem e vêm sendo enfrentadas por meio de esforços voltados para garantir a continuidade do processo educacional e mitigar as perdas de aprendizagem decorridas daquele período.

O problema mais notável e generalizado refere-se ao desempenho. Mesmo quando há progresso no aprendizado dos alunos na fase pós-pandemia, o ritmo é lento e bastante variável em um mesmo país (UNICEF, 2023; OECD, 2024; Ross, 2024; Lichand, Dória e Neves, 2022).

O Brasil espelha essa situação. Sendo um dos países que passaram mais tempo com escolas fechadas devido à pandemia – e onde estados e municípios voltaram às aulas presenciais em momentos diferentes –, seu cenário educacional é heterogêneo e nem sempre alentador.

Isso pode ser visto por análises do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), dispositivo utilizado para sinalizar o decurso da educação no país. Simples e de fácil entendimento, o Ideb é um indicador que combina desempenho com fluxo escolar: nota na prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e taxa de aprovação, respectivamente. Expressa, assim, como está o aprendizado em relação ao tempo que se leva para cumprir determinada etapa de ensino.

A partir de informações do Ideb, este texto pretende descrever e analisar como anda o desempenho nas redes públicas de educação brasileiras. Particularmente no que se refere à recuperação do rendimento dos estudantes no período pós-pandemia, o foco recairá nos anos de 2019 a 2023, com abordagens em âmbito estadual. Com esse entendimento, espera-se contribuir para um direcionamento adequado da política pública, de modo que se possa oferecer educação de qualidade a todos os cidadãos.

## TEXTO para DISCUSSÃO

Para consubstanciar o estudo, serão apresentadas as informações sobre o Ideb, de modo a delinear uma visão global da recuperação do desempenho escolar nos diversos estados do país. Os achados virão entremeados por análises, ilações e comentários. À guisa de considerações finais, serão resgatados os aspectos mais notáveis no cenário nacional e, aos estados em maior desalento, será dado um estímulo para que realizem uma autorreflexão e, a partir disso, desenvolvam políticas capazes de criar um futuro melhor.

### 2 EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA SOB A LENTE DO IDEB

Uma perspectiva geral da trajetória da educação brasileira em um período mais longo ajuda a situar e a focalizar a recuperação do desempenho estudantil no período pós-pandemia. Com esse intuito, foram inicialmente elaboradas as tabelas adiante. Elas apresentam, para 2013, 2019 e 2023, um indicador que aquilata a educação básica como um todo em relação a cada Unidade da Federação (UF). As tabelas consistem na soma dos Idebs referentes a cada etapa de ensino: anos iniciais do fundamental, anos finais e ensino médio.

**TABELA 1**

**Soma dos Idebs nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio (2013, 2019 e 2023)**

| Estados            | 2013 | Estados            | 2019 | Estados           | 2023 |
|--------------------|------|--------------------|------|-------------------|------|
| Minas Gerais       | 14,1 | São Paulo          | 16,0 | Paraná            | 16,6 |
| São Paulo          | 13,9 | Paraná             | 15,9 | Ceará             | 16,3 |
| Goiás              | 13,8 | Goiás              | 15,8 | Goiás             | 16,3 |
| Santa Catarina     | 13,8 | Ceará              | 12,7 | Espírito Santo    | 15,8 |
| Paraná             | 13,3 | Espírito Santo     | 15,2 | São Paulo         | 15,5 |
| Rio Grande do Sul  | 13,1 | Minas Gerais       | 15,0 | Piauí             | 14,9 |
| Distrito Federal   | 12,8 | Santa Catarina     | 15,0 | Santa Catarina    | 14,9 |
| Acre               | 12,6 | Distrito Federal   | 14,7 | Mato Grosso       | 14,8 |
| Espírito Santo     | 12,5 | Acre               | 14,3 | Minas Gerais      | 14,8 |
| Rio de Janeiro     | 12,4 | Rio Grande do Sul  | 14,3 | Alagoas           | 14,5 |
| Ceará              | 12,4 | Rondônia           | 14,3 | Pernambuco        | 14,5 |
| Mato Grosso do Sul | 12,3 | Mato Grosso do Sul | 14,2 | Rio Grande do Sul | 14,4 |
| Rondônia           | 12,3 | Pernambuco         | 14,0 | Acre              | 14,3 |
| Mato Grosso        | 12,1 | Tocantins          | 13,9 | Tocantins         | 14,3 |
| Tocantins          | 12,0 | Piauí              | 13,7 | Distrito Federal  | 14,2 |

(Continua)



(Continuação)

| Estados             | 2013 | Estados             | 2019 | Estados             | 2023 |
|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|
| Roraima             | 11,5 | Mato Grosso         | 13,6 | Rondônia            | 14,2 |
| Amazonas            | 11,3 | Alagoas             | 13,4 | Amazonas            | 14,0 |
| Pernambuco          | 11,1 | Amazonas            | 13,3 | Mato Grosso do Sul  | 13,7 |
| Piauí               | 10,7 | Rio de Janeiro      | 13,3 | Pará                | 13,3 |
| Paraíba             | 10,4 | Roraima             | 13,1 | Rio de Janeiro      | 13,3 |
| Amapá               | 10,2 | Maranhão            | 12,5 | Roraima             | 13,2 |
| Maranhão            | 10,0 | Paraíba             | 12,5 | Paraíba             | 13,1 |
| Bahia               | 9,9  | Bahia               | 11,9 | Maranhão            | 13,1 |
| Rio Grande do Norte | 9,9  | Pará                | 11,8 | Sergipe             | 12,6 |
| Pará                | 9,9  | Amapá               | 11,7 | Amapá               | 12,5 |
| Sergipe             | 9,4  | Rio Grande do Norte | 11,5 | Bahia               | 12,5 |
| Alagoas             | 9,1  | Sergipe             | 11,5 | Rio Grande do Norte | 11,7 |

Fonte: Brasil, 2024.

Elaboração dos autores.

Dessa forma, verifica-se uma sinalização de quais estados estão oferecendo educação básica de qualidade e quais ainda precisam ascender ao longo do caminho. Toma-se por referência a meta do Plano Nacional de Educação (PNE). Aqueles cuja soma dos Idebs supera ou se iguala à meta estabelecida pelo PNE têm educação de qualidade; os que estão abaixo, precisam melhorar.

O valor da soma das metas é 16,7. Então, conforme mostram os dados, até agora nenhum estado conseguiu prestar, a contento, esse serviço público aos cidadãos. Contudo, Paraná, Ceará e Goiás aproximaram-se desse patamar em 2023.

A mensagem principal apontada por esses indicadores é que os estados mais vigorosos na educação básica pública são Paraná, Ceará, Goiás, Espírito Santo e São Paulo. Também é possível afirmar que Minas Gerais e Santa Catarina têm boa educação pública. Por sua vez, os estados com índices abaixo de 14, em 2023, são os que mais precisam evoluir. Ainda que estejam no rumo da melhora, seus Idebs ainda estão muito abaixo dos demais. Os casos mais críticos são Rio Grande do Norte, Bahia, Amapá e Sergipe – todos com menos de 13 pontos na soma dos Idebs em 2023.

Tendo esse panorama global como pano de fundo, análises gradativamente mais detalhadas ajudam a compreender como vem se manifestando a educação básica nos sistemas públicos do país. Um passo para seguir nessa direção é verificar as melhorias

## TEXTO para DISCUSSÃO

do Ideb e do Saeb (que representa o desempenho “líquido”, não relativizado pela taxa de aprovação) para cada etapa do ensino básico, desde 2013 até 2023, como mostram os gráficos 1, 2 e 3.

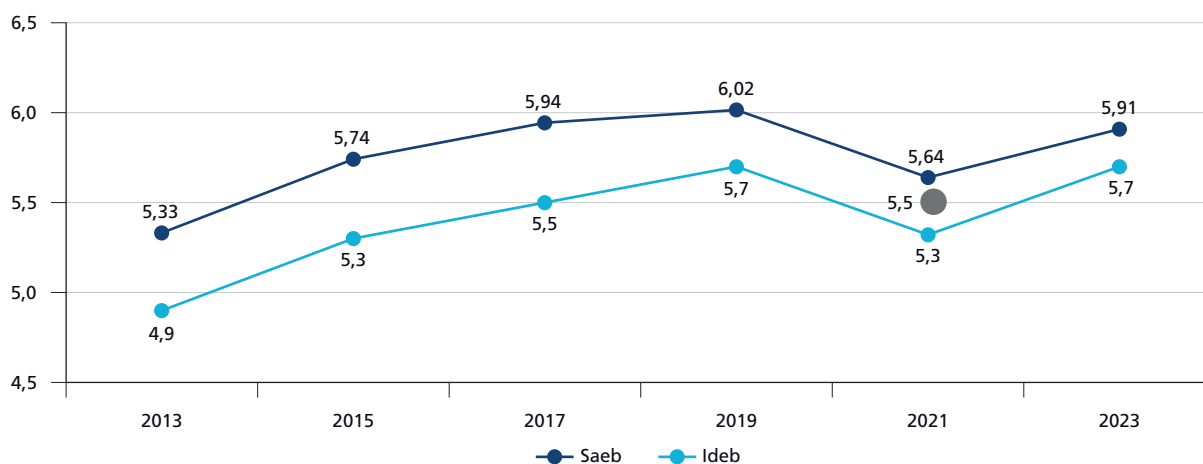
A tônica geral é que a qualidade da educação vem melhorando no país. Exceção registrada, naturalmente, em 2021, em meio à pandemia. A esse respeito, é indispensável destacar que os valores do Ideb em 2021 não são comparáveis aos dos outros anos.

A dessemelhança do índice de 2021 em relação aos demais baseia-se em uma visão diferente sobre a aprovação dos alunos. Por conta da pandemia, o Conselho Nacional de Educação (CNE) lançou uma resolução, recomendando a não reprovação em 2020 e 2021. Por isso, o Ideb 2021 não pode ser comparado aos dos outros anos, quando as instituições de ensino gozavam de livre prerrogativa sobre essa decisão (Brasil, 2021).

Para se ter uma série temporal coerente, é necessário um índice passível de comparação. Com este intuito, foi calculado aqui outro valor de Ideb para 2021, uma *proxy*, com base no seguinte procedimento: as taxas de reprovação observadas em 2019 foram mantidas, e as notas da prova de 2021 foram usadas. Assim, geraram-se os resultados traçados no gráfico 1.

### GRÁFICO 1

#### Pontuação do Ideb e do Saeb nos anos iniciais do fundamental



Fonte: Brasil, 2024.

Elaboração dos autores.

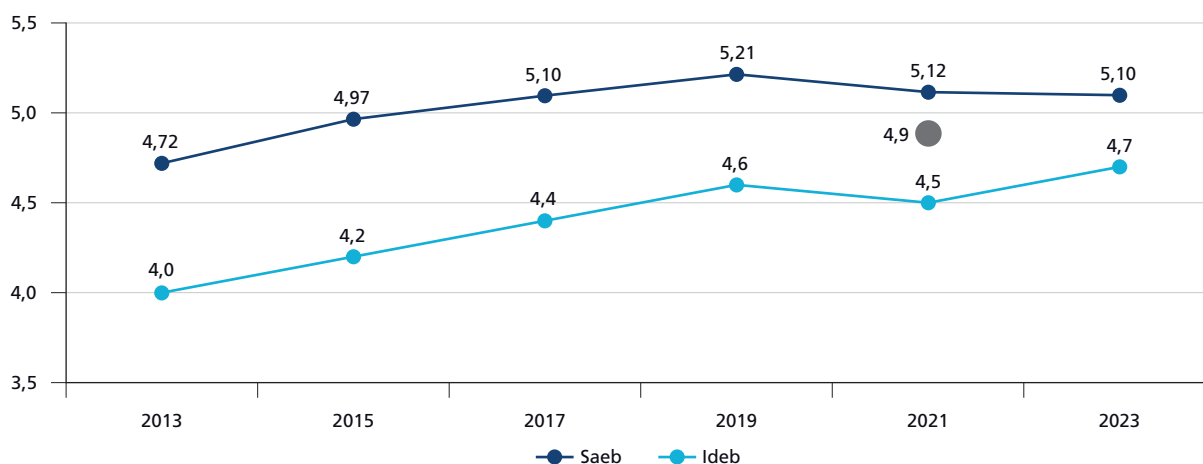
Obs.: Os valores oficiais do Ideb 2021, conforme divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), são os pontos fora das curvas que aparecem em cada um dos gráficos.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, tanto o Ideb quanto o Saeb vinham melhorando até 2019. Com a pandemia, em 2020, que afastou os alunos da escola por, no mínimo, dois anos, houve queda de rendimento. O Saeb diminuiu e, em 2023, ainda não recuperou o valor de 2019. Situação indesejável, de fato, que preme por ser revertida. Tendo atingido níveis de aprendizado aquém dos esperados nos anos iniciais, o passivo é jogado para frente – junto com a necessidade de que seja sanado antes da conclusão dos anos finais do ensino fundamental.

O Ideb, por sua vez, já alcançou o mesmo patamar de 2019. Isso indica o crescimento da taxa de aprovação nesse período. A propósito, é cabível comentar que esse indicador tem o mérito de vir amenizando, desde sua instituição em 2005, a cultura da reprovação – também chamada de “pedagogia da repetência” –, há muito arraigada nos sistemas escolares brasileiros. Interferindo na trajetória escolar, na qualidade do ensino e fomentando o abandono, essa prática é, por vezes, influenciada pela crença de que a retenção do estudante favorece o seu aprendizado, além de servir como mecanismo de coerção e justiça. Se utilizada desta forma, as decisões de promoção do aluno para as séries seguintes acabam se distanciando de critérios pedagógicos (Almeida e Alves, 2021).

## GRÁFICO 2

### Soma do Ideb e do Saeb nos anos finais do fundamental



Fonte: Brasil, 2024.

Elaboração dos autores.

Nos anos finais do ensino fundamental, a crise é ainda maior. É neste nível de ensino que estão os alunos mais prejudicados pela pandemia. Mesmo após o retorno às aulas presenciais, a proficiência continua caindo – embora o Ideb já tenha ultrapassado o

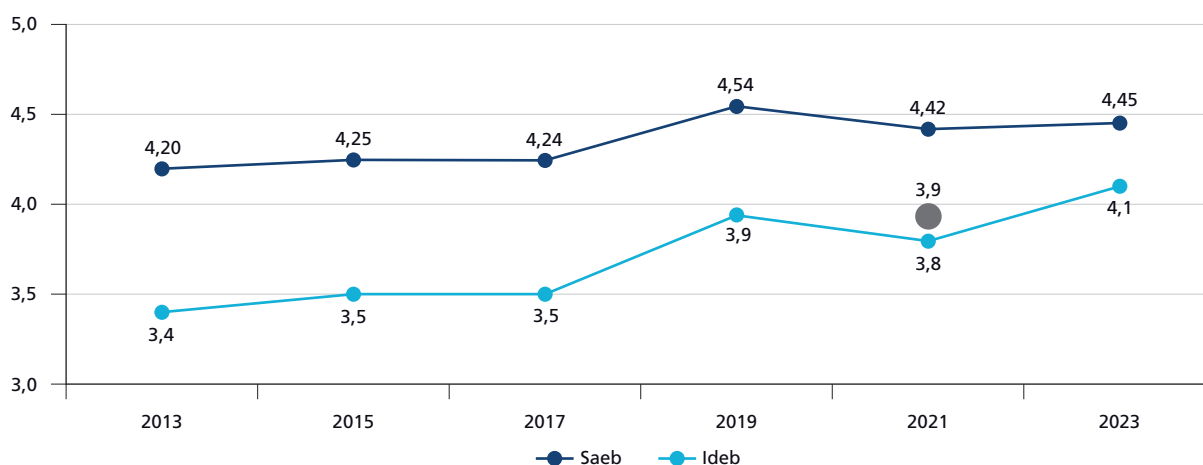
## TEXTO para DISCUSSÃO

valor de 2019, denotando que a recomendação de não reprovação emitida pelo CNE intensificou tal conduta por parte dos sistemas escolares nesse nível de ensino, mesmo depois da pandemia.

Essa configuração – maior perda de rendimento e incremento das taxas de aprovação – sinaliza a necessidade de cautela e de observação atenta ao que vai acontecer no próximo Ideb. Por ora, é ponto pacífico que se redobrem os cuidados para que estes estudantes tenham desempenhos melhores ao final deste ciclo.

### GRÁFICO 3

#### Soma do Ideb e do Saeb no ensino médio



Fonte: Brasil, 2024.

Elaboração dos autores.

No caso do ensino médio, a recuperação do rendimento está melhor do que nos anos finais do fundamental. O padrão observado assemelha-se àquele dos anos iniciais, embora com maior elevação das taxas de aprovação. Mais uma vez, esse pode ser um efeito induzido a partir da recomendação do CNE pela não reprovação, estendido nos sistemas escolares mesmo no período pós-pandemia. Sendo este o caso, a variação de rendimento dos estudantes fica encoberta, se vista apenas pelo Ideb, e enseja a necessidade de se observarem também os resultados da prova Saeb, como está sendo feito neste trabalho.

Analisar a recuperação do desempenho dos alunos no período pós-pandemia, por UF, é apropriado e expressivo. Para tanto, serão utilizados os dados do Ideb referentes à rede pública, para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, e estadual, para o ensino médio.

**TABELA 2**

**Recuperação do desempenho de alunos do ensino fundamental (anos iniciais)  
no período pós-pandemia, por UF**

| Anos iniciais       |                      |                        |                      |                          |                          |
|---------------------|----------------------|------------------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|
| Região/UF           | Ideb 2019<br>(N x P) | Ideb 2021<br>(N x P19) | Ideb 2023<br>(N x P) | Ideb 2023 -<br>Ideb 2019 | Saeb 2023 -<br>Saeb 2019 |
| Alagoas             | 5,3                  | 5,1                    | 5,7                  | 0,4                      | 0,25                     |
| Sergipe             | 4,6                  | 4,3                    | 4,9                  | 0,3                      | -0,02                    |
| Piauí               | 5,4                  | 5,0                    | 5,7                  | 0,3                      | -0,08                    |
| Amazonas            | 5,3                  | 5,1                    | 5,6                  | 0,3                      | -0,00                    |
| Paraíba             | 5,0                  | 4,7                    | 5,3                  | 0,3                      | 0,01                     |
| Maranhão            | 4,8                  | 4,6                    | 5,1                  | 0,3                      | 0,17                     |
| Ceará               | 6,3                  | 6,0                    | 6,5                  | 0,2                      | 0,11                     |
| Pernambuco          | 5,1                  | 4,9                    | 5,3                  | 0,2                      | -0,04                    |
| Espírito Santo      | 5,9                  | 5,6                    | 6,1                  | 0,2                      | -0,01                    |
| Paraná              | 6,4                  | 6,0                    | 6,5                  | 0,1                      | -0,07                    |
| Goiás               | 6,0                  | 5,6                    | 6,1                  | 0,1                      | 0,02                     |
| Mato Grosso         | 5,7                  | 5,4                    | 5,8                  | 0,1                      | -0,04                    |
| Rio de Janeiro      | 5,4                  | 5,0                    | 5,5                  | 0,1                      | -0,13                    |
| Pará                | 4,7                  | 4,4                    | 4,8                  | 0,1                      | -0,08                    |
| Amapá               | 4,7                  | 4,6                    | 4,8                  | 0,1                      | 0,01                     |
| Rio Grande do Norte | 4,7                  | 4,4                    | 4,8                  | 0,1                      | -0,08                    |
| Rio Grande do Sul   | 5,8                  | 5,5                    | 5,8                  | -                        | -0,15                    |
| Rondônia            | 5,5                  | 5,0                    | 5,5                  | -                        | -0,17                    |
| Bahia               | 4,9                  | 4,6                    | 4,9                  | -                        | -0,23                    |
| Santa Catarina      | 6,3                  | 6,1                    | 6,2                  | -0,1                     | -0,15                    |
| Acre                | 5,8                  | 5,2                    | 5,7                  | -0,1                     | -0,22                    |
| Roraima             | 5,5                  | 5,1                    | 5,4                  | -0,1                     | -0,28                    |
| Tocantins           | 5,5                  | 4,9                    | 5,4                  | -0,1                     | -0,24                    |
| Distrito Federal    | 6,1                  | 5,9                    | 5,9                  | -0,2                     | -0,23                    |
| Minas Gerais        | 6,3                  | 5,8                    | 6,1                  | -0,2                     | -0,26                    |
| Mato Grosso do Sul  | 5,5                  | 5,0                    | 5,3                  | -0,2                     | -0,38                    |
| São Paulo           | 6,5                  | 6,0                    | 6,2                  | -0,3                     | -0,33                    |

Fonte: Brasil, 2024.

Elaboração dos autores.

No que se refere aos anos iniciais do ensino fundamental (tabela 2), a maioria dos estados brasileiros aumentou o Ideb, mas em apenas seis deles houve aumento conjunto com o Saeb: Amapá, Goiás, Ceará, Maranhão, Paraíba e Alagoas. As outras

## TEXTO para DISCUSSÃO

melhorias do Ideb decorreram de maiores taxas de aprovação dos alunos, uma vez que houve redução em suas notas no Saeb. Apenas três UFs mantiveram os valores do Ideb em 2019 e 2023 – Rio Grande Sul, Bahia e Rondônia.

Além disso, os estados listados abaixo da Bahia tiveram diminuição do Ideb. Chama a atenção o fato de que nenhum deles é do Nordeste, e que dois grandes estados do Sudeste se encontram nesta faixa: São Paulo, que apresentou a maior queda, e Minas Gerais, com recuo de 0,2.

Situando esses achados no quadro apresentado inicialmente acerca da qualidade da educação básica como um todo, é notável que o Rio Grande do Norte e Amapá, entre as posições mais desfavoráveis do país, junto com Bahia e Sergipe, demonstram a elevação de 0,1 ponto em seus Ideb. No caso do Amapá, houve, de fato, uma melhoria consistente no rendimento dos estudantes, evidenciada pelo aumento na nota do Saeb.

O incremento do Ideb no Rio Grande do Norte, por sua vez, deve-se a alterações na taxa de aprovação. Interpretação semelhante aplica-se à Bahia, que manteve o Ideb, ainda que com recuo no Saeb, e a Sergipe, que teve um dos maiores aumentos do Ideb, mas também com queda no Saeb.

### TABELA 3

**Recuperação do desempenho de alunos do ensino fundamental (anos finais) no período pós-pandemia, por UF**

| Anos finais    |                      |                        |                      |                          |                          |
|----------------|----------------------|------------------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|
| Região/UF      | Ideb 2019<br>(N x P) | Ideb 2021<br>(N x P19) | Ideb 2023<br>(N x P) | Ideb 2023 -<br>Ideb 2019 | Saeb 2023 -<br>Saeb 2019 |
| Sergipe        | 3,6                  | 3,4                    | 4,0                  | 0,4                      | -0,10                    |
| Paraná         | 5,1                  | 4,9                    | 5,4                  | 0,3                      | -0,05                    |
| Goiás          | 5,1                  | 5,0                    | 5,4                  | 0,3                      | 0,05                     |
| Piauí          | 4,6                  | 4,4                    | 4,9                  | 0,3                      | -0,03                    |
| Pará           | 3,9                  | 3,9                    | 4,2                  | 0,3                      | 0,06                     |
| Paraíba        | 3,9                  | 3,8                    | 4,2                  | 0,3                      | -0,11                    |
| Espírito Santo | 4,7                  | 4,5                    | 5,0                  | 0,3                      | -0,04                    |
| Tocantins      | 4,5                  | 4,4                    | 4,8                  | 0,3                      | -0,12                    |
| Alagoas        | 4,5                  | 4,3                    | 4,8                  | 0,3                      | 0,11                     |
| Mato Grosso    | 4,5                  | 4,5                    | 4,8                  | 0,3                      | -0,06                    |
| Maranhão       | 4,0                  | 3,9                    | 4,3                  | 0,3                      | 0,05                     |

(Continua)



(Continuação)

| Anos finais         |                      |                        |                      |                          |                          |
|---------------------|----------------------|------------------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|
| Região/UF           | Ideb 2019<br>(N x P) | Ideb 2021<br>(N x P19) | Ideb 2023<br>(N x P) | Ideb 2023 -<br>Ideb 2019 | Saeb 2023 -<br>Saeb 2019 |
| Amapá               | 3,8                  | 3,9                    | 4,1                  | 0,3                      | 0,13                     |
| Ceará               | 5,2                  | 5,0                    | 5,4                  | 0,2                      | -0,02                    |
| Amazonas            | 4,5                  | 4,4                    | 4,7                  | 0,2                      | 0,03                     |
| Pernambuco          | 4,5                  | 4,5                    | 4,7                  | 0,2                      | -0,00                    |
| Rio Grande do Sul   | 4,5                  | 4,4                    | 4,7                  | 0,2                      | -0,20                    |
| Roraima             | 4,1                  | 4,4                    | 4,2                  | 0,1                      | -0,06                    |
| Bahia               | 3,8                  | 3,7                    | 3,9                  | 0,1                      | -0,26                    |
| Rio Grande do Norte | 3,6                  | 3,6                    | 3,7                  | 0,1                      | -0,11                    |
| Rio de Janeiro      | 4,4                  | 4,3                    | 4,5                  | 0,1                      | -0,14                    |
| Santa Catarina      | 4,9                  | 4,8                    | 4,9                  | -                        | -0,17                    |
| Minas Gerais        | 4,7                  | 4,6                    | 4,7                  | -                        | -0,26                    |
| Mato Grosso do Sul  | 4,6                  | 4,5                    | 4,6                  | -                        | -0,30                    |
| Distrito Federal    | 4,6                  | 4,6                    | 4,6                  | -                        | -0,25                    |
| Rondônia            | 4,8                  | 4,6                    | 4,7                  | -0,1                     | -0,27                    |
| Acre                | 4,8                  | 4,6                    | 4,7                  | -0,1                     | -0,09                    |
| São Paulo           | 5,2                  | 5,1                    | 5,1                  | -0,1                     | -0,13                    |

Fonte: Brasil, 2024.

Elaboração dos autores.

No ciclo dos anos finais (tabela 3), para o qual a média brasileira do Saeb continuou caindo após a pandemia, houve seis estados que aumentaram tanto o Saeb quanto o Ideb – Amapá e Alagoas, com os maiores avanços no Saeb, seguidos de Pará, Goiás e Maranhão e, por fim, Amazonas.

Sergipe é o estado que mostra o maior incremento no Ideb. Contudo, isso se deve à redução da taxa de reprovação, em vez da melhoria do desempenho dos estudantes, uma vez que houve queda na nota do Saeb.

Mais uma vez, o enquadramento desses achados no contexto da qualidade global do ensino básico é elucidativo, particularmente no que se refere aos quatro estados alocados entre as posições mais desfavoráveis. Chama a atenção os aumentos do Ideb na Bahia e no Rio Grande do Norte, acompanhados pelas quedas na prova do Saeb, tendo o mesmo ocorrido com Sergipe, que apresentou a maior elevação no Ideb, com a concomitante diminuição do Saeb. Apenas o Amapá teve incremento tanto no Ideb quanto no Saeb.

## TEXTO para DISCUSSÃO

**TABELA 4**

**Recuperação do desempenho de alunos do ensino médio no período pós-pandemia, por UF**

| Ensino médio        |                   |                     |                   |                       |                       |
|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|
| Região/UF           | Ideb 2019 (N x P) | Ideb 2021 (N x P19) | Ideb 2023 (N x P) | Ideb 2023 - Ideb 2019 | Saeb 2023 - Saeb 2019 |
| Pará                | 3,2               | 3,2                 | 4,3               | 1,1                   | 0,38                  |
| Mato Grosso         | 3,4               | 3,3                 | 4,2               | 0,8                   | -0,03                 |
| Piauí               | 3,7               | 3,6                 | 4,3               | 0,6                   | 0,14                  |
| Bahia               | 3,2               | 3,1                 | 3,7               | 0,5                   | -0,08                 |
| Sergipe             | 3,3               | 3,2                 | 3,7               | 0,4                   | -0,05                 |
| Alagoas             | 3,6               | 3,5                 | 4,0               | 0,4                   | 0,03                  |
| Amapá               | 3,2               | 3,3                 | 3,6               | 0,4                   | 0,20                  |
| Paraná              | 4,4               | 4,3                 | 4,7               | 0,3                   | 0,01                  |
| Ceará               | 4,2               | 4,2                 | 4,4               | 0,2                   | -0,03                 |
| Amazonas            | 3,5               | 3,4                 | 3,7               | 0,2                   | 0,17                  |
| Tocantins           | 3,9               | 3,9                 | 4,1               | 0,2                   | -0,03                 |
| Acre                | 3,7               | 3,8                 | 3,9               | 0,2                   | -0,01                 |
| Espírito Santo      | 4,6               | 4,3                 | 4,7               | 0,1                   | -0,19                 |
| Roraima             | 3,5               | 3,6                 | 3,6               | 0,1                   | -0,12                 |
| Goiás               | 4,7               | 4,4                 | 4,8               | 0,1                   | -0,05                 |
| Pernambuco          | 4,4               | 4,4                 | 4,5               | 0,1                   | 0,03                  |
| Minas Gerais        | 4,0               | 3,8                 | 4,0               | -                     | -0,20                 |
| Rondônia            | 4,0               | 3,8                 | 4,0               | -                     | -0,26                 |
| Santa Catarina      | 3,8               | 3,8                 | 3,8               | -                     | -0,17                 |
| Maranhão            | 3,7               | 3,5                 | 3,7               | -                     | -0,01                 |
| Paraíba             | 3,6               | 3,4                 | 3,6               | -                     | -0,06                 |
| Rio Grande do Norte | 3,2               | 3,2                 | 3,2               | -                     | 0,08                  |
| São Paulo           | 4,3               | 4,2                 | 4,2               | -0,1                  | -0,19                 |
| Rio Grande do Sul   | 4,0               | 3,8                 | 3,9               | -0,1                  | -0,15                 |
| Rio de Janeiro      | 3,5               | 3,3                 | 3,3               | -0,2                  | -0,34                 |
| Mato Grosso do Sul  | 4,1               | 3,8                 | 3,8               | -0,3                  | -0,32                 |
| Distrito Federal    | 4,0               | 3,9                 | 3,7               | -0,3                  | -0,35                 |

Fonte: Brasil, 2024.

Elaboração dos autores.

Com relação ao ensino médio, o Ideb da média nacional de 2023 superou o valor de 2019, mais por influência da questão da redução na taxa de reprovação do que pela melhora do desempenho no Saeb.

Nesse nível de ensino, oito estados conseguiram melhorar a nota no Saeb – sendo quase todos pertencentes ao Norte e Nordeste, com exceção do Paraná, situado na região Sul. As três melhorias mais relevantes foram do Pará, Amapá e Amazonas, que apresentaram aumentos de 0,38, 0,20 e 0,17, respectivamente. O destaque fica para o caso do Pará, que teve o maior crescimento do Ideb, assim passando a figurar entre os mais elevados do país.

Notou-se também que apenas cinco estados tiveram queda no Ideb, todos do Sudeste, Sul e Centro-Oeste: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Novamente, no contexto da qualidade geral do ensino básico público oferecido por cada estado, delineia-se a seguinte situação: houve aumento na nota do Saeb no Rio Grande do Norte – que permaneceu com o mesmo Ideb – e no Amapá, onde esse indicador teve crescimento. Bahia e Sergipe, por seus turnos, apresentaram melhorias no Ideb conjuntamente com diminuições no Saeb.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de acompanhar o andamento do desempenho dos estudantes das redes públicas estaduais de educação no Brasil, especificamente no que se refere à recuperação do rendimento no período pós-pandemia, este trabalho utilizou informações do Ideb dos últimos dez anos. A partir da descrição e análise dos dados, é possível elencar alguns pontos que merecem maior atenção – apresentados e comentados ao longo do texto, junto com outras nuances –, os quais são agora resgatados nesta seção final.

O período em foco abrange duas fases distintas: de 2013 até 2019, quando a política pública era o fator principal de ordenamento geral da educação; e de 2020 a 2023, quando a pandemia afetou sobremaneira os modos de ensino e aprendizagem.

Tendo por esteio essa diferenciação, alguns fatos são notáveis. Um primeiro aspecto a se destacar é a queda do rendimento em Minas Gerais entre 2013 e 2019 – período em que o estado transitou da primeira posição à sexta, denotando uma deterioração de sua política educacional. No período seguinte, continuou em declínio, passando a se situar no oitavo lugar em relação ao desempenho entre todas as UFs. O Rio Grande do Sul apresenta trajetória similar à de Minas Gerais, observando-se o mesmo em Santa Catarina, porém com menor intensidade.

## TEXTO para DISCUSSÃO

Em contrapartida, há estados que demonstraram evolução. O Ceará é o exemplo de maior singularidade nesse aspecto, partindo do 11º lugar e alcançando o 2º melhor rendimento do país em 2023, evidenciando, assim, que as políticas públicas podem afetar substancialmente a qualidade da educação oferecida à população. Piauí e Alagoas apresentam trajetórias parecidas com a do Ceará, embora com níveis de desempenho inferiores.

Outro caso a se notar é o do estado de São Paulo que, tendo o melhor indicador de educação em 2019, não apresentou boa recuperação após o abalo da pandemia. Com isso, acabou sendo superado por quatro estados, quando computada a soma dos Idebs: Paraná, Ceará, Goiás e Espírito Santo.

Por fim, é surpreendente que alguns estados com posições econômicas relativamente pujantes no cenário nacional não possam ser conceituados como bem-sucedidos em termos de educação pública. Nessa categoria, o Rio de Janeiro e o Distrito Federal são os mais representativos.

De posse desses achados, é salutar que cada estado – principalmente aqueles que tiveram maiores quedas no Ideb, tanto em termos absolutos como em relação a seus pares dentro da Federação – faça uma autorreflexão acerca de suas decisões e políticas educacionais pretéritas e presentes. A partir disso, que sejam despendidos esforços em prospecções e direcionamentos adequados para que possam oferecer educação de qualidade a seus cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A.; ALVES, M. T. G. A cultura da reprovação em escolas organizadas por ciclos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, fev. 2021. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782021000100203](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782021000100203).

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota informativa do Ideb 2021**. Disponível em: [https://paineis-ext.mpdf.mp.br/content/Default/nota\\_informativa\\_ideb\\_2021.pdf](https://paineis-ext.mpdf.mp.br/content/Default/nota_informativa_ideb_2021.pdf).

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Ideb 2005-2023: resultados. **Gov.br**, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados/>. Acesso em: ago. 2024.

ROSS, E. M. Despite progress, achievement gaps persist during recovery from pandemic. **Harvard Graduate School of Education**, Jan. 31, 2024. Disponível em: <https://www.gse.harvard.edu/ideas/news/24/01/despite-progress-achievement-gaps-persist-during-recovery-pandemic>. Acesso em: 12/08/2024

LICHAND, G.; DÓRIA, C. A.; NEVES, J. **Melhores práticas para recompor aprendizagens**. [s.l.]: Lemann Center; Stanford Graduate School of Education, 2022. (Policy Review). Disponível em: <https://img1.wsimg.com/blobby/go/40051eaf-9b5a-4dc8-b726-9beb0c8b1b83/Melhores%20pr%C3%A1ticas%20para%20recomposi%C3%A7%C3%A3o%20de%20aprendi.pdf>.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Evaluating post-pandemic education policies and combatting student absenteeism beyond covid-19**. Paris: OECD Publishing, 2024. (OECD Education Policy Perspectives, n. 101). Disponível em: [https://www.oecd.org/en/publications/evaluating-post-pandemic-education-policies-and-combatting-student-absenteeism-beyond-covid-19\\_a38f74b2-en.html](https://www.oecd.org/en/publications/evaluating-post-pandemic-education-policies-and-combatting-student-absenteeism-beyond-covid-19_a38f74b2-en.html).

UNICEF – UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND. **Education in a post-covid world: towards a rapid transformation**. New York: Unicef, 2023.

VOZES DA EDUCAÇÃO. **Levantamento internacional de retomada das aulas presenciais**. [s.l.]: Fundação Lemann, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.fmcsv.org.br/biblioteca/levantamento-internacional-retrata-retomada-aulas-presenciais/>.

# Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

## EDITORIAL

### Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

### Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

### Supervisão

Aline Cristine Torres da Silva Martins

### Revisão

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Crislayne Andrade de Araújo

Elaine Oliveira Couto

Luciana Bastos Dias

Vivian Barros Volotão Santos

Luíza Cardoso Mendes Velasco (estagiária)

### Editoração

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Camila Guimarães Simas

Leonardo Simão Lago Alvite

Mayara Barros da Mota

### Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

### Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

Acesse nossas publicações



Acompanhe nossas redes sociais



---

Composto em roboto regular 10/12 (texto)  
Roboto regular, bold, black 12/14 (títulos)  
Roboto regular 10 (gráficos e tabelas)  
Rio de Janeiro-RJ

---



**Missão do Ipea**  
Qualificar a tomada de decisão do Estado e o debate público.



**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

